Conhecimentos Jurídicos 2019 1ª Fase - Conhecimentos Jurídicos (22/07/2018)

1/1

ASSINATURA



Universidade de São Paulo Brasil

F/V/S/ **\U\E\T**

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA **PARA O VESTIBULAR**



PROCESSO SELETIVO PARA **INGRESSO NO PROGRAMA** DE PÓS-GRADUAÇÃO EM **DIREITO DA FACULDADE DE DIREITO DA USP NO** ANO LETIVO DE 2019.

FASE INICIAL: COMPRO-VACÃO DE CONHECI-MENTOS JURÍDICOS.

22.07.2018

Área de concentração: Direito Econômico, Financeiro e Tributário

Subárea: Direito Tributário

OBSERVAÇÃO

A nota mínima para aprovação é igual a 7,0 (sete), na escala de 0 a 10.

A divulgação do resultado será no dia 25.09.2018, no site www.fuvest.br.

INSTRUÇÕES

- 1. Só abra este caderno quando o fiscal autorizar.
- 2. Verifique na capa deste caderno se ele corresponde à área (subárea) em que você se inscreveu, e assine no local indicado.
- 3. A prova deverá ser feita com caneta esferográfica de tinta azul. Não utilize caneta marca-texto.
- 4. Escreva com letra legível e não assine a sua dissertação, para não a identificar.
- 5. A dissertação deverá ser escrita exclusivamente nas linhas destinadas a ela. O que estiver fora desse espaço não será considerado na correção.

- 6. O verso das folhas poderá ser utilizado para rascunho e não será considerado na correção.
- **7.** Duração da prova: 2h30min. Não haverá tempo adicional para transcrição do rascunho para as folhas definitivas. Permanência mínima obrigatória: 1h45min.
- 8. É proibido o uso de relógio pessoal. O candidato deve controlar o tempo disponível, com base no relógio fixado à frente da sala e nos avisos do fiscal.

POLEGAR DIREITO	

- 9. Durante a prova, serão vedadas a comunicação entre candidatos e a utilização de qualquer material de consulta, eletrônico ou impresso, e de aparelhos de telecomunicação.
- **10.** Uma foto sua será coletada para fins de reconhecimento facial, para uso exclusivo deste exame, sendo que as imagens não serão divulgadas nem utilizadas para outras finalidades, nos termos da lei.
- 11. Ao final da prova, é obrigatória a devolução deste caderno.

POLEGAR DIREITO





Área de concentração: Direito Econômico, Financeiro e Tributário

Subárea: Direito Tributário

1. Relativamente à desconsideração de atos ou negócios praticados pelos contribuintes com a finalidade de impedir a ocorrência do fato gerador da obrigação tributário ou dos seus elementos essenciais, ou reduzir o montante de tributo a pagar, existem vários vícios que podem, em tese, ser alegados pela autoridade fiscal.

Com referência a essa questão:

- (a) examine, separadamente, quais são esses vícios, demonstrando o seu conceito, os seus requisitos e os seus fundamentos normativos;
- (b) analise a compatibilidade da sua consideração com a estrutura da Constituição Federal de 1988 e com o modo por meio do qual o poder de tributar é por ela atribuído;
- (c) considerando a experiência do Direito Comparado, avalie a possibilidade de todos esses vícios poderem ser alegados diante do ordenamento jurídico brasileiro.

2. Os atuais debates acerca dos preços de transferência apresentam, dentre outros aspectos, o debate quanto à adoção do "arm's length standard" ou sua substituição por aproximações baseadas em fórmulas ("formulary apportionment") Por trás deste debate, encontram-se distintas concepções acerca da própria função do controle dos preços de transferência. Discorra brevemente sobre as funções do controle de preços de transferência, conforme cada uma dessas concepções. À luz da Teoria da Igualdade Tributária, examine o standard "arm's length". Em seguida, ainda empregando a Teoria da Igualdade Tributária, evidencie as dificuldades presentes no "formulary apportionment".

















 _
 _









 _
 _



Conhecimentos Jurídicos 2019 1ª Fase - Conhecimentos Jurídicos (22/07/2018)

1/100

1 1/1

